

“Partido da Lava-Jato” quer levar Sérgio Moro para a presidência do Brasil

Marcelo Nobre, advogado brasileiro que integrou o Conselho Nacional de Justiça, considera que a democracia está em risco no Brasil. Na sua opinião, Bolsonaro pré-indicou Moro para o Supremo Tribunal Federal para não lhe fazer frente.



Leonete Botelho · 17 de Maio de 2019, 16:00



Marcelo Nobre, advogado e ex-membro do Conselho Nacional de Justiça do Brasil ADRIANO MIRANDA

O advogado Marcelo Nobre, que entre 2008 e 2012 foi membro do Conselho Nacional de Justiça, uma instituição que zela pela autonomia do poder judiciário, teme pela democracia no Brasil. Na semana em que Jair Bolsonaro falou num acordo para nomear o seu ministro da Justiça que dirigiu a operação anticorrupção *Lava Jato*, Sergio Moro para o Supremo Tribunal Federal (acordo que depois negou), o filho de Freitas Nobre, um resistente à ditadura militar brasileira, esteve no Porto a falar sobre o combate à corrupção, a convite da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e da Academia de Jurisprudentes de Língua Portuguesa. Numa

entrevista recente à *Folha de São Paulo* Nobre falou num “Partido da *Lava-Jato*” que tem passado como um tractor sobre a Constituição.

Porque fala do “Partido da *Lava-Jato*”, referindo-se a quem conduziu a investigação? Existe um projecto de poder por detrás da investigação?

Quando eu falei em “Partido da *Lava-Jato*”, referi-me a alguns agentes públicos que actuam politicamente nas funções da investigação, da acusação e na de julgar. São alguns polícias, alguns membros do Ministério Público e alguns juízes de uma geração mais jovem, que ingressaram em carreiras públicas e passaram a fazer política por meio dos seus cargos, o que acabou originando o que tenho chamado “Partido da *Lava-Jato*”. A maior expressão deste grupo é Sérgio Moro, um ex-magistrado de primeira instância que, ao deixar a magistratura para assumir um cargo político de expressão, demonstrou que existe um “partido” e um projecto de poder.

No dia 12 o Presidente Bolsonaro revelou que, pouco depois de ser eleito, assumiu com o então juiz Moro o compromisso de o indicar para o Supremo Tribunal Federal (STF), assim que abrir uma vaga, como compensação por ele ter abandonado a carreira de 22 anos de magistratura para ser ministro. É ele o líder desse “partido”?

Moro é a principal expressão, mas não a única. Há alguns outros integrantes do Ministério Público agindo politicamente, como o procurador Deltan Dallagnol, também da *Lava-Jato* e homem de confiança de Moro, que, recorrentemente, ataca publicamente decisões do STF, jogando a sociedade e parte da imprensa contra a instituição, o que é uma irresponsabilidade muito grande. As instituições não podem render-se ao clamor popular. Não se pode

prender alguém, como ocorre na *Lava-Jato*, por acto de vontade. Uma prisão deve ser sempre um acto de direito. Da mesma forma, não se pode condenar publicamente um acusado, antes do devido processo legal. Em um Estado de direito pleno, o rito processual deve ser observado. E não é isso que tem acontecido em grande parte da *Lava-Jato*.

Assinar o Público é participar na construção de um país melhor

O PÚBLICO nunca foi tão lido. Todos os meses passam pelo nosso online mais de 6.5 milhões de visitantes. Para nós, este número confirma a importância do nosso trabalho. Queremos produzir mais e melhor informação, com a liberdade de sempre e sem abdicar da diversidade de opiniões que enriquece uma sociedade livre. Queremos reforçar a nossa investigação para garantir um escrutínio mais eficaz dos poderes. Precisamos que se junte a nós neste esforço. A verdade, o pluralismo, a justiça, a solidariedade ou a abertura ao mundo são valores que partilhamos consigo.

Sinta-se ainda mais parte deste projecto cívico. **Pense bem, pense Público.**

ASSINE JÁ

TÓPICOS

**MUNDO | BRASIL | CORRUPÇÃO | LAVA-JATO | JUSTIÇA |
SERGIO MORO | JAIR BOLSONARO**